

RADAR DA INDÚSTRIA Nº7

CNI Confederação
Nacional
da Indústria

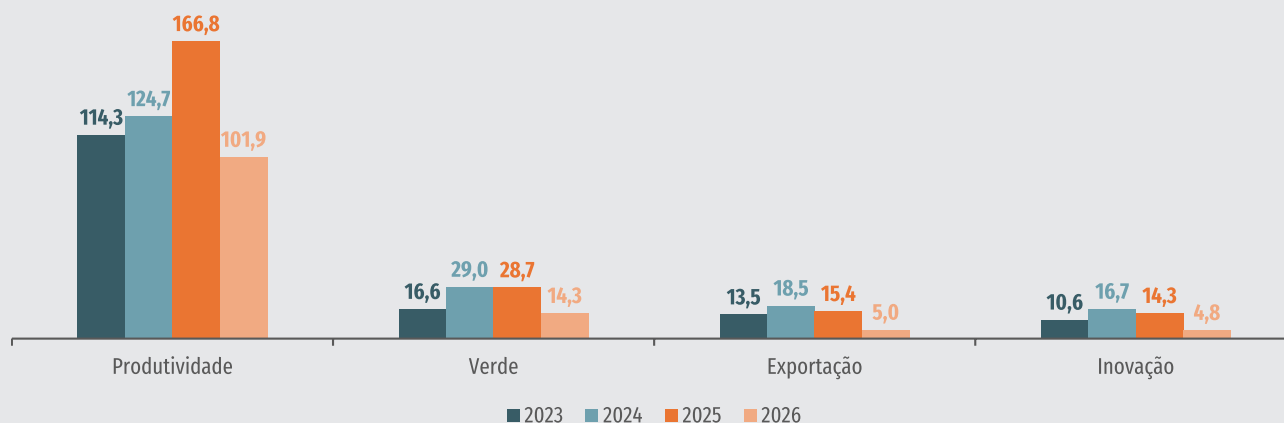
Plano Mais Produção atinge R\$755,2 bilhões em projetos para a indústria

A política industrial brasileira ampliou sua escala nos últimos anos. Entre 2023 e o segundo trimestre de 2026, o Plano Mais Produção (P+P), principal instrumento de financiamento da Nova Indústria Brasil (NIB), aprovou cerca de R\$ 755,2 bilhões em crédito para 610 mil projetos. No mesmo período, instrumentos como o Brasil Mais Produtivo, o Mover, a Depreciação Acelerada e as linhas voltadas à inovação e à transformação ecológica se somam ao P+P para resposta aos desafios produtivos, tecnológicos e de competitividade.

Os recursos do P+P estão distribuídos entre diferentes objetivos da política industrial. Entre 2023 e junho de 2026, considerando as instituições financeiras para as quais há abertura por finalidade, R\$ 507,7 bilhões foram aprovados para projetos voltados à produtividade, R\$ 82,5 bilhões para inovação, R\$ 53,5 bilhões para o eixo verde e R\$ 51,2 bilhões para exportação. O volume anual dessas aprovações passou de R\$ 155,0 bilhões em 2023 para R\$ 225,1 bilhões em 2025, crescimento nominal de cerca de 45%, indicando aumento da escala dos instrumentos. O Gráfico 1 apresenta a evolução desses recursos por ano, desde 2023.

Gráfico 1 - Aprovações do Plano Mais Produção, por eixo, entre 2023 e junho de 2026

R\$ bilhões



Fonte: Painel do Plano Mais Produção.

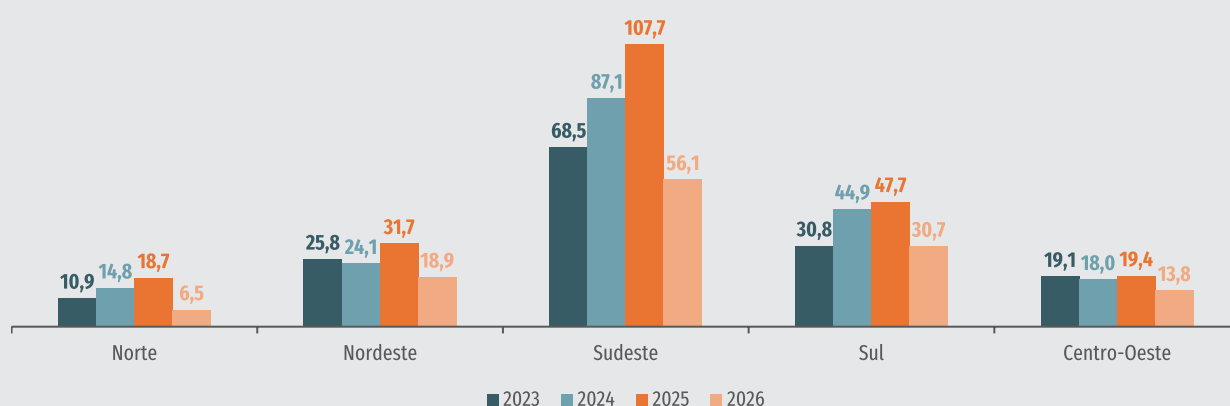
Nota: dados consolidados das instituições financeiras participantes do P+P, exceto Banco do Brasil, por restrições de compliance.

A distribuição regional mostra que a expansão do financiamento alcançou todas as regiões, embora permaneça concentrada nos principais polos industriais do país. Entre 2023 e junho de 2026, o Sudeste respondeu por cerca de 46% dos R\$ 695 bilhões para os quais há informações regionalizadas, seguido pelo Sul, com 22%. Nordeste, Centro-Oeste e Norte responderam,

respectivamente, por cerca de 14%, 10% e 7%. Ao mesmo tempo, a evolução dos recursos mostra movimentos relevantes fora dos maiores centros industriais. Entre 2023 e 2025, as aprovações no Norte cresceram cerca de 72%, ainda que partindo de uma base menor, enquanto Sudeste e Sul registraram expansões próximas de 57% e 55%. O comportamento reforça a importância de acompanhar não apenas o volume total mobilizado, mas também a capacidade dos instrumentos de ampliar o acesso ao financiamento e estimular investimentos produtivos em diferentes regiões do país.

Gráfico 2 - Aprovações do Plano Mais Produção, por região, entre 2023 e junho de 2026

R\$ bilhões



Fonte: Painel do Plano Mais Produção.

Nota: dados consolidados das instituições financeiras participantes do P+P, exceto Banco do Brasil, por restrições de *compliance*.

Apesar da ampliação dos instrumentos de desenvolvimento produtivo, a indústria de transformação perdeu dinamismo nos últimos trimestres. Indicadores da conjuntura industrial ilustram esse quadro. No acumulado do ano até agosto, o faturamento real recuou 0,2%, as horas trabalhadas na produção diminuíram 0,8% e a utilização da capacidade instalada caiu 0,8%¹.

Esse desempenho ocorre em um ambiente econômico que limita os efeitos dos instrumentos de política industrial.

Entre os entraves associados ao Custo Brasil, os juros elevados se destacam ao encarecer o crédito, restringir investimentos e enfraquecer a demanda, reduzindo a capacidade das empresas de responder aos estímulos oferecidos pelas políticas de desenvolvimento produtivo. O Custo Brasil, estimado em R\$ 1,7 trilhão por ano, equivalente a cerca de 20% do PIB, inclui ainda outros fatores que afetam a competitividade, como entraves tributários, regulatórios, logísticos e energéticos². A essas dificuldades domésticas soma-se um ambiente externo adverso, marcado por tensões geopolíticas, pelo aumento das barreiras comerciais nos Estados Unidos e pelas pressões sobre os custos de energia e insumos associadas a conflitos no Oriente Médio.

¹ Fonte: Dados provenientes dos Indicadores Industriais da CNI, disponíveis em https://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/indicadores-industriais/?utm_source=jour&utm_medium=comunique&utm_campaign=release (data de consulta: 21/10/2026).

² Fonte: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/politica-industrial/para-70-dos-empresarios-carga-tributaria-e-o-maior-problema-do-custo-brasil-revela-pesquisa-inedita-da-cni/>

Além das questões estruturais ligadas ao Custo Brasil, é preciso considerar o tempo de maturação dos projetos. Muitos dos investimentos apoiados envolvem expansão de capacidade, inovação, desenvolvimento tecnológico e formação de fornecedores, com prazos mais longos de implantação e maturação. Além disso, seus resultados dependem das condições macroeconômicas e do ambiente de negócios em que as empresas tomam suas decisões de investimento.

A continuidade da política industrial deve estar associada ao aperfeiçoamento permanente de seus instrumentos e ao enfrentamento dos entraves estruturais que limitam a competitividade da indústria brasileira. Isso exige acompanhar e avaliar seus resultados, ajustando prioridades e instrumentos à luz de sua capacidade de gerar investimento adicional, produtividade, inovação, desenvolvimento de fornecedores e adensamento de cadeias produtivas, ao mesmo tempo em que se avança na redução do Custo Brasil. A combinação entre estabilidade da política industrial, avaliação contínua e melhoria das condições estruturais de competitividade é fundamental para que os investimentos de longo prazo amadureçam e seus efeitos sobre o desenvolvimento produtivo possam se consolidar.

NÚMEROS DA NIB

P+P

- BNDES: **R\$ 381,5 bilhões** aprovados em **322,6 mil projetos** (até 31/08/2026)
- FINEP: **R\$ 45,3 bilhões** aprovados em **4.000 projetos** (até junho/2026)

P+P: Missões (até out/2026)

- Missão 1 - Agroindustrial:
R\$ 159,5 bilhões aprovados em **430,2 mil projetos**
- Missão 2 - Saúde:
R\$ 28,4 bilhões aprovados em **5.971 projetos**
- Missão 3 - Infraestrutura:
R\$ 340,2 bilhões aprovados em **90,2 mil projetos**
- Missão 4 - Transformação Digital:
R\$ 119,8 bilhões aprovados em **57,1 mil projetos**
- Missão 5 - Descarbonização e bioeconomia:
R\$ 73,8 bilhões aprovados em **26,2 mil projetos**
- Missão 6 - Defesa:
R\$ 33,7 bilhões aprovados em **173 projetos**

B+P (até 20/10/2026)

23.714 MPMEs atendidas pelo SENAI na modalidade “Otimização de processos industriais”

Mover (até 22/10/2026)

170 projetos de PD&I e 1.428 consultorias de manufatura enxuta e digitalização operadas pelo SENAI

Depreciação Acelerada (até setembro de 2026)

7.376 pedidos deferidos (atualizado até 30/09/2026)³
Volume estimado de **R\$ 2,98 bilhões** (pedidos deferidos) em benefícios

Investimentos privados alavancados pelos instrumentos da NIB (até mar/2026):

R\$ 2,84 trilhões

Conjuntura Industrial (Jan-Ago26/Jan-Ago25)⁴

Faturamento real: **-0,2%**
Utilização da capacidade instalada: **-0,8%**
Horas trabalhadas na produção: **-0,8%**

³ Apesar das aquisições dos bens elegíveis terem se encerrado em 31/12/2025, ainda podem ser apresentados novos requerimentos referentes a bens adquiridos até essa data. Além disso, como há projetos que estão em análise, os dados ainda podem ser atualizados.

⁴ Fonte: Dados da Indústria de Transformação provenientes dos Indicadores Industriais da CNI, disponíveis em https://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/indicadores-industriais/?utm_source=jor&utm_medium=comunique&utm_campaign=release (data de consulta: 21/10/2026).

Iniciativas de Financiamento da Transformação Ecológica no Brasil

A transformação ecológica vem se consolidando como uma dimensão relevante das estratégias de desenvolvimento produtivo e de competitividade. A expansão das energias renováveis, a descarbonização dos processos industriais, a economia circular e o desenvolvimento de novas tecnologias estão alterando padrões de produção e abrindo novas frentes de investimento em escala global. A realização dessa transformação, contudo, exige volumes elevados de capital e instrumentos capazes de financiar projetos com diferentes níveis de risco, maturação e retorno.

No Brasil, essa agenda passou a ser apoiada por um conjunto crescente de instrumentos de financiamento e mobilização de investimentos. O Plano Mais Produção direciona crédito e recursos para prioridades da Nova Indústria Brasil (NIB) associadas à descarbonização e à transição energética; o Fundo Clima ampliou significativamente a oferta de financiamento para projetos de baixo carbono; e o Eco Invest Brasil, iniciativa no âmbito do Plano de Transformação Ecológica, busca utilizar recursos públicos

para mobilizar capital privado destinado a esses objetivos. Esses instrumentos se inserem em uma agenda ampla e atuam de forma complementar sobre diferentes necessidades de financiamento da transformação ecológica e produtiva.

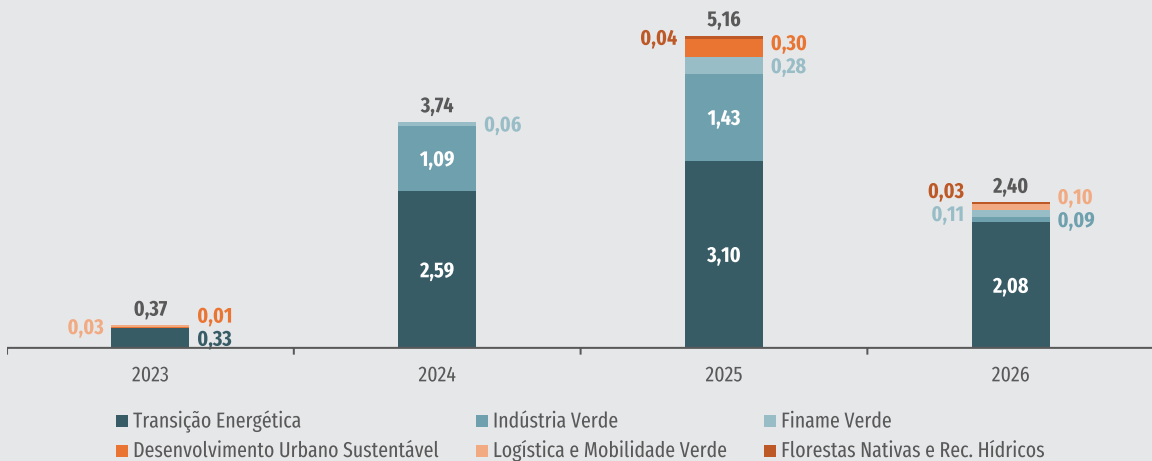
No âmbito da NIB, a transformação ecológica está incorporada de forma transversal às missões, com expressão mais direta na Missão 5, voltada à bioeconomia, à descarbonização e à transição e segurança energéticas. A missão busca ampliar capacidades produtivas e tecnológicas em áreas como eficiência energética, economia circular e tecnologias de baixo carbono. Até junho de 2026, o Plano Mais Produção havia mobilizado R\$ 73,8 bilhões em 26 mil projetos relacionados à Missão 5. Outras missões também contemplam investimentos associados à transformação ecológica, incluindo baterias, equipamentos para geração de energia renovável e agregação de valor a minerais críticos.

Outro instrumento de destaque no financiamento dessa agenda é o Fundo Clima, que ganhou escala nos últimos anos e ampliou sua participação no apoio a projetos associados à transformação ecológica. Em 2025, o BNDES aprovou cerca de R\$ 12,5 bilhões em projetos com recursos do Fundo, ante R\$ 0,9 bilhão em 2023.

No setor industrial, foram aprovados R\$ 11,7 bilhões entre 2023 e setembro de 2026, com uma evolução substantiva entre 2023 e 2025. Dentre as finalidades desses projetos, a maior parcela foi direcionada à transição energética (R\$ 8,1 bilhões), seguida de projetos industriais ligados à sustentabilidade – indústria verde (R\$ 2,6 bilhões), FINAME Verde, voltado ao financiamento de

Gráfico 3 - Recursos do Fundo Clima aprovados para o setor industrial, por finalidade, entre 2023 e setembro de 2026

R\$ bilhões



Fonte: Painel Fundo Clima BNDES.

máquinas e equipamentos sustentáveis (R\$ 443 milhões), desenvolvimento urbano sustentável (R\$ 316 milhões), logística e mobilidade verdes (R\$ 125 milhões), e florestas nativas e recursos hídricos (R\$ 73 milhões). O detalhamento das finalidades para cada ano está no Gráfico 3. Os projetos apoiados adicionaram 1.025 MW de capacidade solar e eólica, ampliaram a produção de biometano e etanol e, na Indústria Verde, permitiram substituir 32 mil toneladas equivalentes de petróleo de combustíveis fósseis.

Além da ampliação do crédito direcionado, a agenda de transformação ecológica passou a contar também com instrumentos voltados à mobilização de capital privado. O Eco Invest Brasil, iniciativa vinculada ao Plano de Transformação Ecológica (PTE), busca atrair recursos nacionais e estrangeiros para projetos sustentáveis de longo prazo. Para isso, utiliza recursos públicos e mecanismos financeiros para reduzir riscos e melhorar as condições de financiamento, estimulando investimentos privados em áreas como transição energética, bioeconomia, economia circular, infraestrutura verde e adaptação climática.

O programa opera por meio de rodadas competitivas entre instituições financeiras, cada uma voltada a objetivos específicos. Desde 2024, o 1º leilão mobilizou cerca de R\$ 45 bilhões para eixos prioritários

do PTE – projetos de transição energética, economia circular, bioeconomia e infraestrutura verde; o 2º viabilizou R\$ 30,2 bilhões para recuperação produtiva de áreas degradadas; o 3º mobilizou cerca de R\$ 53 bilhões em investimentos em participação societária de empresas e projetos sustentáveis; e o 4º destinou R\$ 13,2 bilhões a bioeconomia, turismo sustentável e infraestrutura, com foco na Amazônia Legal.

O 5º leilão, homologado em outubro de 2026, marcou uma nova etapa do programa, com foco no fortalecimento da inovação tecnológica e no desenvolvimento de cadeias produtivas estratégicas para a competitividade. Foram selecionadas propostas com R\$ 49,95 bilhões em potencial de investimento, direcionadas a seis cadeias ligadas à transformação ecológica e ao desenvolvimento industrial: circularidade de resíduos minerais e industriais (R\$ 11 bilhões), automação e inteligência artificial aplicadas à produção (R\$ 9,75 bilhões), fertilizantes verdes, bioinsumos e proteínas alternativas (R\$ 9 bilhões), biomateriais e química verde (R\$ 8,5 bilhões), beneficiamento de minerais críticos, baterias e mobilidade elétrica (R\$ 6,5 bilhões) e combustíveis verdes, biogás e biometano (R\$ 5,2 bilhões). A rodada alcançou alavancagem de aproximadamente 3,8 vezes sobre os recursos públicos mobilizados.

Além da ampliação dos instrumentos de crédito e de mobilização de capital, outras iniciativas são importantes para criar um ambiente mais favorável ao financiamento da transformação ecológica. Entre elas, destaca-se a consolidação da Taxonomia Sustentável Brasileira, que estabelece critérios comuns para identificar atividades e investimentos alinhados a objetivos ambientais, climáticos e sociais. Ao reduzir assimetrias de informação e aumentar a comparabilidade entre projetos, a taxonomia pode dar maior segurança a instituições financeiras e investidores, orientar a alocação de recursos públicos e privados e apoiar o desenvolvimento de instrumentos financeiros voltados à transformação produtiva sustentável.

Avanços na difusão tecnológica e fortalecimento da infraestrutura digital

A transformação digital é uma das principais alavancas para elevar a produtividade e a competitividade da indústria. Ao lado da transformação ecológica, ela compõe a chamada transição dual, que vem reorientando as estratégias industriais em diferentes países. Tecnologias como inteligência artificial, computação em nuvem, Internet das Coisas e automação

avançada, no contexto da Indústria 4.0, estão transformando processos produtivos, modelos de negócio e a capacidade de inovação das empresas.

A indústria brasileira, contudo, ainda está distante da fronteira tecnológica. A Nova Indústria Brasil (NIB) parte de uma linha de base em que apenas 23,5% das empresas industriais eram digitalizadas, com base em dados do Comitê Gestor da Internet no Brasil (Cetic.br) de 2021, e estabelece a meta de alcançar 50% até 2033⁵. Reduzir essa distância exige atuar em diferentes

⁵ Fonte: Plano de Ação para a Neoindustrialização NIB, disponível em https://static.portaldaindustria.com.br/portaldaindustria/noticias/media/filer_public/08/fd/08fd014f-61fc-4dac-8acb-23074496db99/nova-industria-brasil-plano-de-acao-2024-2026-1.pdf.

etapas da transformação digital, desde o letramento e a capacitação digital, a melhoria da gestão e a preparação das empresas para a adoção tecnológica, até a difusão e incorporação de soluções digitais nas plantas produtivas. Também requer ampliar a infraestrutura digital, a conectividade e a capacidade computacional disponível no país, além de desenvolver fornecedores nacionais de soluções digitais.

A política industrial mobiliza instrumentos para enfrentar parte desses desafios. Entre 2023 e junho de 2026, o Plano Mais Produção aprovou R\$ 119,8 bilhões em 57 mil projetos vinculados à Missão 4 – Transformação Digital, e o volume anual de recursos mais que dobrou entre 2023 e 2025. Esses recursos buscam apoiar tanto a incorporação de tecnologias pelas empresas quanto o desenvolvimento de capacidades produtivas e tecnológicas associadas à digitalização.

No chão de fábrica, o Brasil Mais Produtivo atua na melhoria de processos e na preparação das empresas para a transformação digital. O programa já atendeu mais de 20 mil micro, pequenas e médias indústrias na modalidade de otimização de processos, com aumento médio de produtividade nas Consultorias de Manufatura Enxuta de aproximadamente 32%, e redução média de consumo energético nas Consultorias de Eficiência Energética de aproximadamente 18%⁶. O programa também vem estruturando uma base de fornecedores de transformação digital, com 301 projetos voltados ao teste e à difusão de tecnologias da Indústria 4.0.

Na cadeia automotiva, ações de digitalização e manufatura enxuta apoiadas pelo Mover registraram ganhos médios de produtividade de 38% e 45%,

respectivamente. No âmbito do programa, foram aprovados 170 projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), formadas 145 alianças entre empresas e lançados mais de R\$ 577 milhões em recursos para PD&I. O programa também contratou 1.428 consultorias voltadas à digitalização e à manufatura enxuta, além de promover a capacitação de profissionais por meio de 11 turmas do Master in Business Innovation (MBI), envolvendo mais de 110 empresas e 671 alunos matriculados⁷.

► **Redata (Lei nº 15.504/2026)**

O Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter (Redata), sancionado em 15 de setembro (Lei nº 15.504/2026)⁸, atua sobre a dimensão da infraestrutura. O regime suspende o pagamento de PIS/Pasep, Cofins e IPI na aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação, nacionais ou importados, destinados à implantação, modernização e ampliação de data centers, além do Imposto de Importação para produtos sem equivalente nacional. Em contrapartida, as empresas devem investir 2% do valor dos produtos adquiridos com os benefícios do regime em projetos de PD&I vinculados a programas prioritários da cadeia da economia digital; disponibilizar ao mercado nacional ao menos 10% de sua capacidade de processamento, armazenamento e tratamento de dados; e atender a critérios de eficiência hídrica, além de suprir toda a demanda energética por meio de fontes renováveis ou de baixa emissão. Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, as exigências de investimento em pesquisa e disponibilização de capacidade doméstica são reduzidas em 20%, criando condições para desconcentrar investimentos digitais hoje fortemente concentrados no Sul e no Sudeste.

Ao combinar energia renovável competitiva com a expansão da capacidade computacional e de armazenamento de dados no país, o Brasil pode converter uma vantagem ambiental em atração de investimentos digitais, aproximando as agendas ecológica e digital. Porém, para a indústria, o ganho não é automático. Com déficit de US\$ 40 bilhões no comércio de produtos elétricos e eletrônicos em 2024, há o risco de que a expansão dos data centers se apoie sobretudo em equipamentos importados. A regulamentação, ainda pendente, será decisiva para que os recursos de PD&I e as compras do setor fortaleçam fornecedores nacionais de equipamentos, componentes e serviços.

⁶ Dados referentes a outubro de 2026.

⁷ Dados atualizados até 22/10/2026.

⁸ <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2026/lei-15504-15-setembro-2026-799925-norma-pl.html>. <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2026-periodo-eleitoral/setembro/presidente-sanciona-o-redata-que-estimula-datacenters-e-desenvolvimento-tecnologico-no-brasil>.

► **Marco de fomento à Economia Digital (PL 5.960/2025)**

Em complementaridade ao Redata, o PL 5.960/2025, cujo substitutivo tramita na Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE) da Câmara dos Deputados, propõe instituir o Marco de Fomento à Economia Digital no Brasil. O projeto busca estabelecer um ambiente regulatório que favoreça o desenvolvimento da economia digital, abrangendo áreas como dados, software, conectividade, computação e qualificação profissional, com o objetivo de conferir segurança jurídica a empresas e usuários sem comprometer a agilidade necessária ao setor. Nesse contexto, a iniciativa tem como diretriz ampliar a capacidade nacional de pesquisa, desenvolvimento, produção e adoção de tecnologias e serviços digitais, com foco em áreas estratégicas como inteligência artificial, software, computação, dados, cibersegurança e semicondutores.

Para atingir esses objetivos, a matéria organiza um conjunto de instrumentos de

fomento, prevendo espaços de compartilhamento e laboratórios de dados voltados ao acesso e ao tratamento seguro e interoperável de informações, elemento relevante para o desenvolvimento da inteligência artificial e de soluções para o setor produtivo. Também contempla apoio à criação, ao crescimento e à internacionalização de startups e empresas de base tecnológica, mediante requisitos simplificados, subsídios, bônus tecnológicos e acesso à infraestrutura e à capacidade computacional. Além disso, abrange ações de formação e requalificação profissional, estimula a integração entre universidades, Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) e empresas, e prevê o uso do poder de compra estatal para a contratação de soluções inovadoras por meio de encomendas tecnológicas e Contratos Públicos para Solução Inovadora (CPSI). O projeto também contempla mecanismos de certificação técnica e de avaliação da conformidade, incluindo questões de governança institucional e possíveis referências a modelos internacionais, com vistas a conferir transparência e confiabilidade a tecnologias, produtos e serviços digitais.

Redata e o Marco de Fomento à Economia Digital atuam, assim, sobre dimensões complementares da transformação digital: infraestrutura e capacidade computacional, de um lado, e desenvolvimento tecnológico, dados, empresas e competências, de outro. O desafio é fazer com que esses instrumentos se traduzam em maior adoção de tecnologias pelas empresas, ganhos de produtividade e fortalecimento de fornecedores nacionais de soluções digitais.

Outras notícias

► **Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos é sancionada:** Foi sancionada, em 16 de setembro, a Lei nº 15.506/2026, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE) e cria o Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos (CIMCE). A política busca ampliar a agregação de valor no país, estimulando pesquisa, lavra, beneficiamento e transformação mineral, e cria instrumentos como o Fundo Garantidor da Atividade Mineral (FGAM), que poderá receber até R\$ 2 bilhões da União. O CIMCE será responsável por elaborar o Plano Nacional para o setor, definir minerais e projetos prioritários e orientar instrumentos de apoio. A CNI integra o Conselho como uma das representações do setor privado⁹.

► **Plataforma Economia Verde Brasil reúne inteligência para apoiar a transição sustentável da indústria:** A Rede de Observatórios do Sistema Indústria lançou, em setembro, a Plataforma Economia Verde Brasil (PEV Brasil), solução digital que reúne, em um único ambiente, dados, indicadores, estudos, documentos de referência e casos de aplicação da economia verde no país. Desenvolvida pelo Observatório da Indústria Ceará e pela Rede de Observatórios do Sistema Indústria, com apoio do CNPq e de instituições parceiras, a plataforma busca transformar informações dispersas em subsídios para decisões empresariais e políticas públicas, permitindo acompanhar tendências, riscos e oportunidades relacionados a temas como descarbonização, eficiência energética, economia circular, adaptação climática, inovação e financiamento. A PEV também reúne experiências concretas de empresas e instituições e prevê a incorporação de ferramentas de simulação e modelagem para avaliação de cenários e estratégias de economia verde¹⁰.

⁹ Para mais informações, consultar: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/decreto/d13118.htm e https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/lei/l15506.htm

¹⁰ Para mais informações, consultar <https://pevbrasil.ind.br/> e <https://www.portaldaindustria.com.br/canaais/observatorio-nacional-da-industria/produtos/plataforma-economia-verde-brasil/>

- ▶ **Consulta pública sobre a 2ª edição da Taxonomia Sustentável Brasileira é aberta:** O Ministério da Fazenda abriu, em outubro, consulta pública para a 2ª edição da Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB), instrumento que classifica atividades econômicas e investimentos segundo critérios climáticos, ambientais e econômico-sociais. A nova edição amplia o escopo da taxonomia, incorporando objetivos relacionados à biodiversidade, serviços ecossistêmicos, uso sustentável do solo e das florestas, economia circular e redução das desigualdades regionais e territoriais, além de expandir as cadeias rurais contempladas. A consulta pública ficará aberta até dezembro e abrange os cadernos técnicos setoriais, critérios econômico-sociais, cadeias florestais e mecanismos de avaliação da conformidade aplicáveis a títulos de dívida e financiamentos. A atualização da TSB busca aperfeiçoar a identificação de atividades e investimentos sustentáveis e ampliar sua utilização como referência para instrumentos de financiamento e mobilização de capital voltados à transformação ecológica¹¹.
- ▶ **Avaliação de políticas industriais é tema de seminário da CNI em parceria com a Finep:** A CNI e Finep realizarão, em 11 de novembro, na sede da Finep no Rio de Janeiro, seminário voltado ao monitoramento e à avaliação de impacto das políticas industriais. A iniciativa busca fortalecer o uso de evidências no desenho e no aperfeiçoamento dos instrumentos de desenvolvimento produtivo, permitindo acompanhar não apenas os recursos mobilizados, mas seus efeitos sobre investimento, produtividade, inovação e capacidades industriais. A agenda integra o esforço da CNI para ampliar sua capacidade de avaliação das políticas industriais e contribuir para políticas mais efetivas, transparentes e passíveis de aprimoramento ao longo do tempo.

¹¹ Para mais informações, consultar <https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processes/TSB2edicao>



Veja mais

Mais informações em:
<https://www.portaldaindustria.com.br/cni/>

Documento concluído em 26 de outubro de 2026.

RADAR DA INDÚSTRIA | Publicação da Confederação Nacional da Indústria - CNI | www.cni.com.br | Diretoria de Desenvolvimento Industrial | Diretor: Mário Sérgio Carraro Telles | Superintendência de Política Industrial | Superintendente: Fabrício Silveira | Gerência de Desenvolvimento Produtivo e Territorial | Gerente: Samantha Cunha | Equipe Técnica: Rodrigo Luis Comini Curi, Samuel Augusto Magalhães Carvalho e Zaina Rufino Santos | Gerência de Escritório de Projetos e Iniciativas | Design gráfico: Amanda Priscilla Moreira

Serviço de Atendimento ao Cliente - Fone: (61) 3317-9992 - email: sac@cni.com.br.

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

